



DIREITOS INDÍGENAS

Garimpo pode pôr fim aos ianomâmis

Relatório mostra a destruição promovida pelos invasores, inclusive com o aumento da violência sexual contra menores

» CRISTIANE NOBERTO
» MARIA EDUARDA CARDIM

O avanço do garimpo ilegal e da presença de exploradores nas terras indígenas ameaça cada vez mais a existência de famílias e comunidades tradicionais — além da devastação da floresta e das terras. O relatório da Hutukara Associação Yanomâmi (HAY), divulgado ontem, revela o avanço da destruição promovida pelos garimpeiros à etnia. Mas não é só isso: traz relatos da violência sexual sofrida por mulheres e crianças indígenas, que são abusadas em troca de comida.

O documento enumera relatos dos abusos, colhidos pelos pesquisadores indígenas. Há situações em que os garimpeiros oferecem comida em troca de sexo com adolescentes e, também, segundo o relatório, “a oferta de bebidas alcoólicas é uma das principais estratégias para aliciar os jovens e abusar do sexo”.

O relatório indica que três meninas de 13 anos morreram após serem embriagadas e estupradas. “Eram novas, tendo apenas a primeira menstruação. Após os garimpeiros terem provocado a morte dessas moças, os ianomâmi protestaram contra os garimpeiros, que se afastaram um pouco”, diz o relato de uma pesquisadora.

Segundo Júnior Hekurari, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomâmi e Ye'kuana (Condisi-YY), os garimpeiros aliciam as jovens e as forçam. São vários os relatos de estupro e casamentos que, muitas vezes, terminam em tragédia. “A gente tem outro relato de que uma adolescente de 15 anos morreu por ter sido violentada por 50 ou 60 garimpeiros. É uma situação muito grave e fora de controle na terra ianomâmi. O governo federal tem conhecimento disso, as autoridades sabem da situação, mas estão omissos”, denunciou.

O cotidiano das mulheres indígenas é viverem cercadas pelo medo e enxergarem os exploradores de ouro e pedras como ameaça. “Desde que ouço falar dos garimpeiros, eu vivo com angústia”, relatou uma mulher ianomâmi à pesquisa. A apreensão se estende aos diversos grupos étnicos, já que o documento aponta que o garimpo ilegal avançou 46% no ano passado, se comparado com o avanço verificado em 2020.

“O problema do garimpo ilegal não é uma novidade na terra ianomâmi. Entretanto, sua escala e intensidade cresceram de maneira impressionante nos últimos cinco anos. Dados do Mappiomas indicam que, de 2016 a 2020, o garimpo nas terras ianomâmi cresceu nada menos que 3.350%”, salienta o documento.

A expansão irregular, segundo o relatório, aconteceu por vários motivos, que vão desde o aumento do preço do ouro no mercado internacional à fragilização das políticas ambientais e de proteção aos direitos dos povos indígenas. Para o vice-presidente da Hutukara, Dario Kopenawa, as operações de combate ao garimpo não surtiram efeito.

“Esse documento mostra a realidade que estamos vivendo e suas consequências. Pedimos o apoio da população para a retirada imediata dessas pessoas”, clamou Kopenawa.

Cristiane Noberto/CB



Caixas tingidas de vermelho simbolizando o ouro coberto de sangue foram deixadas no Ministério das Minas e Energia

Ato contra PL que estimula exploração

Centenas de indígenas e ativistas marcharam, ontem, até o Ministério de Minas e Energia para realizar o ato político Ouro de Sangue, em protesto pelo aumento da presença de garimpeiros nos territórios indígenas. A concentração foi no Acampamento Terra Livre (ATL), erguido no estacionamento da Funarte desde o último dia 4.

O pano de fundo da manifestação é o Projeto de Lei 191/2020, que tramita no Congresso com o apoio do Palácio do Planalto. Pelo texto, a ideia é liberar a

exploração do solo em terras indígenas para os chamados exploradores artesanais. Contudo, os nativos alegam que a porta estará aberta para a exploração em escala industrial.

“Se aprovado, o projeto, que transforma em regra o que a Constituição de 1988 estabeleceu como exceção, levará ao aumento do desmatamento, ao aumento das invasões de terras indígenas e potencialização da violência contra os povos”, destaca nota divulgada pela Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Entre os manifestantes, o indígena Ibirassu Fulniô Karajá, da aldeia Hawaló (TO), manifestou profunda preocupação com a possibilidade de avanço do PL 191/20. “Isso não vai afetar só a gente, mas toda a população que está ao redor. Se isso for liberado, é o nosso fim. Já não temos direitos e, com isso, vai ficar ainda pior”, alertou.

Doto Takak Ire, líder caiapó da terra indígena Menkragnoti (PA), reclamou da completa falta de diálogo com o governo. “Eles não consultaram ninguém e estamos

lutando contra isso. Se o governo chamasse as lideranças de todos os povos, aí, sim, a gente ia estudar e ver os procedimentos para garantir o nosso direito de viver na floresta”, observou.

No ministério, os manifestantes, que também contaram com o apoio de ativistas da causa indígena, reuniram caixas simulando barras de ouro, nas quais se lia “Ouro ilegal é crime”. Também derramaram lama e tinta vermelha simbolizando o sangue derramado na terra. (CN e MEC)

Disparada nos conflitos rurais

A ação de garimpeiros é um dos motivos do aumento dos conflitos no campo e das mortes por causa desses embates. As informações prévias da 36ª edição do relatório *Conflitos no Campo Brasil 2021*, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), apontam que esses óbitos tiveram um aumento de 1.100% em 2021 em comparação com 2020.

Os dados do Centro de Documentação da CPT registraram, em 2021, 109 mortes em decorrência dos confrontos, o que aponta uma subida expressiva quando se compara com 2020, no qual apenas nove óbitos foram registrados. Em março, o *Correio* havia noticiado a disparada de mortes em 2021 em consequência de conflitos. Agora, com os dados consolidados, é possível notar a maior violência no campo em diversas áreas.

O relatório, que será lançado na íntegra em 18 de abril, aponta que foram registrados 35 assassinatos em confrontos no campo em 2021. “Desse total, 11 assassinatos, praticamente um terço, foram no estado de Rondônia, onde ocorreu, também, um massacre no mês de agosto, com três vítimas”, informa a publicação.

Ao comparar o número de assassinatos com o mesmo período de 2020, é possível observar um aumento de 75%, já que no ano retrasado foram registrados 20 homicídios. Outros tipos de violência, como o trabalho escravo, também cresceram em 2021. “O número de resgatados dessa prática mais que dobrou no campo no último ano. Os casos aumentaram 76%”, indica o relatório.

As principais vítimas da violência no campo são os indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais, além dos trabalhadores rurais. O cacique Jurandir Sirdiwê Xavante, que representa nove territórios do povo xavante, acredita que a falta de demarcação das terras, por exemplo, é um dos motivos que incentiva essa violência.

“Quando o presidente Jair Bolsonaro fala que não vai demarcar mais nenhum centímetro do nosso território, isso incentiva as invasões. No momento que ele diz isso, dá empoderamento aos megalatífundários. Esse empoderamento para nós é um perigo”, alerta.

Cenário

Ele avisa que os xavantes não foram atacados, mas, caso sejam, revidarão. “Por enquanto, não levamos nenhum tiro. Mas se a gente levar, a gente vai dar também. Não somos aleijados, a gente tem mão”, avisa. Para especialistas, o cenário pode ficar ainda pior com os projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados e permitem retrocessos ambientais.

O avanço das matérias no Congresso, no entanto, esbarra com a atenção dada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao tema no mês de abril. A Corte julga sete ações que fazem parte do chamado Pacote Verde, que reúne sete ações contra decisões ou omissões do governo sobre licenciamento ambiental, fundos de proteção e desmatamento da Amazônia. (CN e MEC)

7 perguntas para Júnior Hekurari, presidente do Conselho de Saúde Yanomâmi e Ye'kuana

Foi divulgado um relatório que mostra a violência nas terras ianomâmis. A publicação desse levantamento pode ajudar a proteger seu povo?

O relatório mostra a realidade e sofrimento do ianomâmi. Os garimpeiros aliciando jovens, forçando fazer casamento com adolescente de 13 a 17 anos. O governo federal tem conhecimento disso, mas está sendo omissos. As autoridades já pediram para o governo tirar os garimpeiros das nossas terras, mas, até agora, não mostrou tal preocupação. Ano passado, ele (o presidente Jair Bolsonaro) até disse que iria visitar os garimpeiros que estão lá.

O governo estadual faz algo para impedir essa invasão?

O governo de Roraima apoia o garimpo, políticos dão força também. Fizeram até uma lei que autoriza a exploração na terra ianomâmi porque seria “artesanal”.

E os órgãos federais?

Os órgãos que protegem a floresta não estão conseguindo trabalhar, não têm mais autonomia. As autoridades de fiscalização — Ibama e Funai — não protegem o

Cristiane Noberto/CB



Júnior: governo federal apoia invasão da terra yanomami

indígena. Nenhum atua mais para preservar a floresta.

Como age esse garimpeiro? Ele entra armado?

Eles não entram nas comunidades com pá e enxada, mas com armamento pesado e ameaçando os povos indígenas. Quem não apoiar, eles ameaçam as lideranças tradicionais, as mulheres. O

indígena fica refém. Eles estão dando armas para o ianomâmi entrar em conflito com outras comunidades que não apoiam (os exploradores). A comunidade Tirei recebeu 80 armas dos garimpeiros, foram em outra comunidade, Pixanehabi, e atacaram. Mataram dois e cinco estão feridos.

Mas os indígenas aceitam as armas?

São obrigados a aceitar. Eu recebo ameaças todos os dias, o tempo inteiro.

Os ianomâmis isolados são os que mais sofrem?

Os garimpeiros estão a aproximadamente 10km de onde estão os isolados, os moxihateté. A gente já recebeu relatos de que os garimpeiros mataram quatro pessoas recentemente. O governo está vendo e não faz nada.

Você é o único ianomâmi aqui. O que isso representa para seu povo?

Estou aqui clamando por eles. Quero mostrar o sofrimento do ianomâmi. Mas, como moramos dentro da floresta, ninguém está ouvindo o que tenho para mostrar.